

**PROFESSOR,  
ASSOCIE-SE À  
APROPUC**

# PUCViva

Nº 998 - 23/8/2016

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

## REITORIA RECUA E RETIRA PUNIÇÃO DE PROFESSORES

Atendendo à solicitação da direção da Faculdade de Ciências Sociais e depois de manifestações de repúdio tanto de alunos como de professores do curso e pós-graduação em Serviço Social, a Reitoria recuou e encaminhou à DRH instrução para que não fosse imposta advertência aos professores daquela faculdade.

O episódio iniciou-se na primeira semana de aulas, quando seis professores de Ciências Sociais foram comunicados, por telefone, que deveriam comparecer à DRH para tomarem ciência de uma advertência aplicada. Foram posteriormente informados pela direção da faculdade que o motivo seria o lançamento de notas a um aluno em situação supostamente irregular. As notas eram referentes a 2012 e foram lançadas em 2015 a pedido da própria direção da faculdade e a reitoria imposta pretendia punir os professores apenas agora, evidenciando a extemporaneidade e arbitrariedade deste ato. Após os encaminhamentos de docentes e estudantes da Faculdade de Ciências Sociais à reitoria, o recurso da direção da Faculdade de Ciências Sociais foi deferido pela reitoria. Nesta edição publicamos o texto enviado à reitoria pela faculdade, além de apoios e repúdio da APROPUC, dos estudantes e professores do pós e da graduação em Serviço Social.

### APROPUC repudia punição aos professores

A punição imposta a seis professores da Faculdade de Ciências Sociais (e posteriormente revogada diante da pressão da comunidade) revela mais uma vez a faceta autoritária de uma direção que se distanciou dos professores, funcionários e estudantes, preferindo gerir a universidade de uma forma autocrática.

Mais do que isto, essa prática iguala a PUC-SP às universidades que fazem do puro mercantilismo sua razão de existência, instituições de ensino que penalizam estudantes que, em um momento de crise como o que vivemos, não possuem condições finan-

ceiras para permanecer em dia com suas mensalidades.

Instaura-se na universidade uma atmosfera de medo, que desagrega a vida comunitária, além de ceifar a potência do agir pedagógico criativo em uma instituição que, historicamente, construiu práticas de acolhimento, inclusão e participação coletiva e consolidou-se reconhecida com função social.

A essas medidas coercitivas soma-se a não abertura de turmas, onde o número de alunos fica pouco aquém do número mínimo requerido pelo Conselho de Administração (Consad) atitude que penaliza os estudantes que ficam sem as disciplinas pe-

las quais optaram, mas fundamentalmente retira dos professores fatias consideráveis de seus contratos.

Por tudo isso, a APROPUC se solidariza com os professores penalizados por atos arbitrários e meramente mercantilistas. Nossa luta sempre será por uma universidade onde a excelência acadêmica, aliada à inclusão social sejam parâmetros fundamentais para um projeto pedagógico.

Nesse sentido a APROPUC repudia e exige a retirada imediata da medida arbitrária impetrada pela reitoria imposta.

**Diretoria da APROPUC**

### Pronunciamento do presidente da APROPUC

A APROPUC repudia esta medida arbitrária de punição de profissionais que nada mais fizeram que atender a uma solicitação ACADÊMICA!

Nós da diretoria da APROPUC já estamos ensejando todas as medidas legais e políticas para que esta atitude da reitoria da PUC-SP seja denunciada, discutida e revertida. Será!

Mais uma vez estamos, os professores da PUC-SP, sob ataque. E mais uma vez responderemos e venceremos, mesmo porque a razão toda está do nosso lado, aliás, como sempre tem acontecido.

Nossa diretora Beatriz Abramides está também atingida pela medida da reitoria e com ela vários colegas profes-

sores da PUC-SP. Os detalhes vocês podem verificar no documento a seguir.

A luta se faz assim, na sociedade e em cada lugar de trabalho... Por isto estamos em luta a APROPUC!

**João Batista Teixeira da Silva,  
presidente da APROPUC**

**FORA TEMER!  
ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !  
PELA ORGANIZAÇÃO AUTÔNOMA DOS TRABALHADORES!  
CONTRA O AJUSTE FISCAL E DESTRUIÇÃO DE DIREITOS!  
PREPARAR A GREVE GERAL!**

**FUNCIONÁRIO  
Fortaleça sua entidade!  
Associe-se  
à AFAPUC**

## Carta da direção de Ciências Sociais

Considerando que os professores Edmilson Felipe da Silva, Silvana Maria Correa Tótor, Pedro Gustavo Fernandes Fassoni Arruda, Maria Beatriz Costa Abramides, Hayddé Maria Roveratti, Luiz Omir de Cerqueira Leite, atribuíram nota ao aluno Guilherme de Almeida Soares atendendo orientação expressa do coordenador do curso de Ciências Sociais, José Paulo Florenzano; Considerando que o coordenador do curso de Ciências Sociais justificou a solicitação de notas e frequência aos professores com base na informação segundo a qual a matrícula acadêmica encontrava-se em

processo de regularização junto à SAE, conforme prova o documento encaminhado por aquela secretaria descrevendo a solicitação havida em 14/5 e apreciada em 23/9; Considerando que o aluno requereu atribuição de notas e frequência correspondentes às disciplinas cursadas em 2010 e 2012, portanto anteriormente à disposição legal contida no ato da reitora nº 13/2014, solicito respeitosamente a reconsideração da advertência aplicada aos professores acima citados.

**Mariza Romero, diretora da Faculdade de Ciências Sociais**

## O apoio dos estudantes de pós em Serviço Social

Nós, estudantes da pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) manifestamos nossa indignação e profundo repúdio à recente advertência atribuída pela reitoria aos professores Edmilson Felipe da Silva, Silvana Maria Correa Tótor, Pedro Gustavo Fernandes Fassoni Arruda, Maria Beatriz Costa Abramides, Hayddé Maria Roveratti e Luiz Omir de Cerqueira Leite.

Nossa indignação justifica-se especialmente pelo significado que a PUC-SP possui na educação superior brasileira marcado pela defesa de uma educação de qualidade que apenas se viabiliza porquanto pautada na defesa de princípios e valores como a democracia e a liberdade e, portanto, contrária a toda e qualquer forma de autoritarismo, facilitando a construção de espaços onde os sujeitos - professores, alunos, funcionários - possam livremente desenvolver suas potencialidades críticas e intelectuais.

Assusta-nos o fato da nossa universidade paulatinamente abrir mão da referida orientação ética e pedagógica que tanto a distinguiu e ainda distingue da massa das instituições de ensino superior privadas e empresariais que caracterizam predominantemente a formação universitária na cidade de São Paulo, igualando-se a elas no privilégio da burocracia em detrimento da manutenção daqueles mencionados espaços.

Temos a certeza que a construção histórica da PUC-SP alinhada aos princípios destacados é fruto da competente ação e intervenção na vida universitária dos principais sujeitos nela envolvidos, inclusive e especialmente de professores/as que hoje são surpreendidos/as com uma advertência fundada em exigências burocráticas e quantitativas que implicam na lamentável e triste negação do significado, do lugar e da função social que a PUC-SP conquistou na sociedade brasileira.

Como aceitar que uma atribuição de nota a um aluno em resposta ao atendimento de uma solicitação de coordenação do curso de Ciências Sociais - ainda que por ocasião do cumprimento das disciplinas o aluno estivesse supostamente em situação irregular com a universidade, podendo ter o lançamento de notas e faltas somente posteriormente quando da regularização de tal situação - justifique uma advertência aos professores? O que isso significa senão a negação do que historicamente faz da PUC-SP ser a PUC-SP e a afirmação de seus rumos combinados às diretrizes meramente empresariais-mercantis daquela massa de instituições de ensino superior? É precisamente na sintonia com a defesa da democracia, da liberdade e do repúdio ao autoritarismo que exigimos a: Imediata reconsideração das advertências aos professores acima mencionados.

## Posicionamento dos professores de pós e graduação de Serviço Social

À Profa. Dra. Anna Maria Marques Cintra  
Reitora da PUC-SP

Nós, professores da graduação e da pós-graduação, chefias e coordenação do curso de Serviço Social, manifestamos nossa indignação e estranheza diante da advertência aplicada pela reitoria aos professores Edmilson Felipe da Silva, Silvana Maria Correa Tótor, Pedro Gustavo Fernandes Fassoni Arruda, Maria Beatriz Costa Abramides, Hayddé Maria Roveratti e Luiz Omir de Cerqueira Leite.

Indignação, justificada porque não reconhecemos a nossa PUC-SP nesse ato arbitrário. Temos orgulho de pertencer ao quadro de professores de uma instituição com respeitável tradição social, construída na sua história e na história da sociedade brasileira, marcada pela luta em defesa da democracia, contra qualquer forma de autoritarismo e cerceamento da liberdade.

Não reconhecemos um ato, que poderia ter sido evitado a partir do diálogo e dos esclarecimentos devidos.

Não reconhecemos um ato que, contaminado pelos ditames burocráticos, feriu a orientação ética de uma conduta institucional que marca o nosso diferencial entre as universidades privadas.

Estranheza, justificada porque os referidos professores atenderam a uma solicitação do Coordenador do Curso de Ciências Sociais, José Paulo Florenzano, o que significa a deferência a uma autoridade legítima e fundamental no funcionamento e hierarquia acadêmica de qualquer universidade.

Entendemos que os professores envolvidos estavam respondendo a uma solicitação no cumprimento dos deveres inerentes à sua função, conforme disposto no estatuto da PUC-SP (Capítulo IV, Artigo 112) <sup>(1)</sup>, e também previsto no Regimento Geral (Título X "Do regime disciplinar", Capítulo I "Do corpo docente", Artigo 325, § 1º) <sup>(2)</sup>, não se jus-

tificando, portanto, a advertência em apreço.

Possíveis equívocos na condução das devidas responsabilidades deveriam ter sido remetidos à instância da coordenação do curso na busca dos esclarecimentos necessários que, sem dúvida, seriam dirimidos de forma mais adequada e conclusiva, sem necessidade de outros desdobramentos.

Ainda, por se tratar de uma medida disciplinar, a advertência, encaminhada diretamente ao RH e remetida aos professores envolvidos, sem a comunicação antecipada aos departamentos, demonstrou desrespeito a uma instância acadêmico-administrativa, a quem cabe, por princípio, qualquer tipo de manifestação dessa natureza, conforme disposto no Estatuto da PUC-SP (Seção VI "Do chefe de departamento", Artigo 67) no que se refere às competências do chefe do departamento <sup>(3)</sup>.

Diante do exposto, concluímos que a advertência em questão configurou um ato punitivo arbitrário, que feriu a estrutura acadêmica quando ignorou a importância e legitimidade das instâncias da coordenação de curso e das chefias dos departamentos.

Por esse motivo, valendo-nos do disposto no estatuto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (Capítulo IV, Artigo 112, parágrafo único), que dispõe sobre o direito de petição e ampla defesa, assegurados os princípios Constitucionais e respeito à dignidade humana, vimos à presença de V. Sa. solicitar a reconsideração da advertência aplicada aos professores acima citados.

Cordialmente,  
**Docentes da área de Serviço Social da PUC-SP.**

(1) Estatuto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo CAPÍTULO IV DO REGIME DISCIPLINAR Art. 112- A

continua na próxima página

continuação da página anterior

des ou colegiados da PUC-SP e da Fundação São Paulo, e às suas determinações; III - preservação do patrimônio moral, cultural e material da PUC-SP. (P. 73)

(2) Regimento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Título X DO REGIME DISCIPLINAR, Capítulo I DO CORPO DOCENTE, Artigo 325, § 1º : As penas de advertência e re-

preensão aplicam-se nos casos de omissão ou negligência no cumprimento de deveres inerentes à sua função, conforme sua gravidade. (P. 160)

(3) Estatuto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Seção VI DO CHEFE DE DEPARTAMENTO Art. 67- Compete ao Chefe de Departamento: I - dirigir o Departamento; II - integrar o Conselho da Faculdade; III - convocar e presidir o Colegiado do Departamento com direito também a voto;

IV - cumprir e fazer cumprir as decisões do Colegiado do Departamento; V - manter, em consonância com o Diretor, a ordem e a disciplina no Departamento; VI - coordenar a elaboração e implementação dos Planos Acadêmicos anuais e trienais, com os respectivos orçamentos; VII - assegurar e promover a avaliação externa e interna e a auto-avaliação dos programas de ensino, pesquisa e extensão; VIII - coordenar e responder pela organização do plano de trabalho de cada profes-

sor integrante do Departamento ou nele alocado; IX - encaminhar ao Diretor da Faculdade solicitação de abertura de concurso para provimento de cargos da carreira do magistério e de contratação de professores após aprovação do Colegiado do Departamento; X - encaminhar ao Diretor da Faculdade solicitação de dispensa de professores aprovada pelo Colegiado do Departamento, com as devidas justificativas;

XI - cumprir outras atribuições inerentes à função.

## APROPUC cobra da Fundasp resposta às suas reivindicações

***Abaixo reproduzimos ofício da diretoria da APROPUC à Fundasp sobre uma série de pendências que os professores reivindicam da direção administrativa da universidade. No mesmo sentido a AFAPUC já vem reivindicando uma série de questões relativas aos funcionários.***

Prezado Pe. Rodolpho,

A APROPUC tem, reiteradamente, desde 18/12/2015, solicitado o agendamento de data para realização de uma reunião com V. Revma. para tratarmos de questões referentes aos docentes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que ainda encontram-se pendentes, em prejuízo de direitos dos professores desta universidade.

No intuito de resgatarmos os pontos desta pauta, indicamos:

1. Esclarecimentos referentes ao pagamento da PLR vencida em outubro de 2014.

Em 14/12/2015, a Fundasp pagou a PLR vencida em outubro/14.

Entretanto, os professores e funcionários favorecidos esperavam receber a PLR calculada sobre o "salário bruto", conceito que, na nossa expectativa, englobaria a soma de todos os "proventos" mensais recebidos.

Outro ponto questionado relativamente ao pagamento do

abono refere-se à retenção do Imposto de Renda. De acordo com a Instrução Normativa RFB 1558, de 31/3/2015, pagamentos a título de participação nos resultados inferiores a R\$ 6.677,55 (seis mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) são isentos de IR desde 1/4/2015.

Diante dessas colocações, solicitamos a esta Secretaria Executiva esclarecer:

a. As verbas que compuseram a base de cálculo utilizada pela Fundasp para o pagamento realizado no dia 14/12/2015, e;

b. Se foi considerada, na realização de referidos pagamentos, a isenção de que trata a Instrução Normativa RFB 1558, de 31/3/2015.

Em reunião no início deste ano, em 18/3/2016, recebemos de V. Revma. a afirmação de que a Fundasp havia apurado o engano e que o reembolso da diferença seria efetuado proximamente, o que até hoje não aconteceu.

2. O segundo assunto que

nos preocupa diz respeito ao pagamento do dissídio de 2005 (7,66%) e diferenças decorrentes aos professores de Sorocaba que não assinaram o acordo extrajudicial com a Fundasp.

3. Outro assunto diz respeito ao Prof. Odair Silva Soares, relatado a esta secretaria, por sua solicitação, em e-mail de 23/3/2016. O Professor Odair, que, semestre passado, encontrava-se em licença para término de seu doutoramento, e teve sua bolsa negada no 1º semestre de 2016 pelo Consad. O referido professor concluiu seu trabalho, e o defendeu na data de 15/8/2016, teve a bolsa concedida em idênticas condições no 2º semestre de 2015 e negada no semestre subsequente. Queremos solicitar o ressarcimento dos valores pagos por este professor, durante o semestre, uma vez que o Acordo Interno de Trabalho garante a concessão de bolsa integral aos docentes desta instituição, mesmo em situação de licença.

4. Gostaríamos de contar com o compromisso assumido com o ex-professor da PUC-SP, Adilson José Gonçalves, no que diz respeito à concessão de bolsa de estudos para que seu filho possa cursar a Faculdade até a publicação de Edital de Bolsas, no qual ele então deverá se inscrever.

5. Finalmente, relativamente ao Acordo Interno de Trabalho, aguardamos a assinatura dos secretários-executivos da Fundasp, bem como da Magnífica Reitora, e das testemunhas para finalização deste processo.

Nos colocamos à disposição para proceder ao rito de assinaturas, conforme o habitual.

Certos de sua compreensão quanto à relevância dos temas aqui expostos, aguardamos uma manifestação de sua parte agendando uma reunião para a discussão desses pontos o mais brevemente possível.

**João Batista Teixeira da Silva**  
Presidente da APROPUC-SP

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Andressa Vilela, Marina D'Aquino

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Json Tadeu Borba e Victoria C. Weischardt

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 - Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br - PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

## GAUCHE NA VIDA

# Derrotada por sua própria política, Dilma defende plebiscito

**Leandro Lanfredi**

Dilma fez pronunciamento à nação defendendo a realização de um plebiscito por novas eleições. Um apelo protocolar em meio à derrota construída pelo próprio PT.

Depois de longas idas e vindas sobre o que revelaria em sua carta de apelo - protocolar -, Dilma finalmente trouxe a público seu compromisso com a convocação de um plebiscito para convocação de novas eleições e pela realização de uma "ampla reforma política". Nessa epístola da derrota voltou a utilizar o termo golpe. Durante toda a semana muito se especulou, com diferentes alas do petismo argumentando tons distintos na carta, se ela seria uma furiosa carta de denúncia do golpe institucional para constar como documento histórico ou seria, pelo oposto, um profundo mea culpa que sequer falaria em golpe em súplica pelo retorno.

Não foi nem uma coisa nem outra. Foi o meio termo, a mediocridade em forma de discurso. O golpe apareceu no condicional "se confirmado o afastamento sem crime de responsabilidade será um golpe...", e reconheceu que seu governo tinha se afas-

tado do povo, como o chamado petismo crítico lhe criticara. Frase seguinte, Dilma disse o oposto, do que deixou como marca de governo foram os direitos, e que segue como premissa "nenhum direito a menos".

Quem não se lembra do "nem que a vaca tussa das eleições"? Eis que não foi assim. Com retirada de direitos no seguro desemprego, e planejamento do que Temer agora começa a implementar: reforma da Previdência, privatização de setores da Petrobras, Eletrobras e portos. O desgaste do segundo mandato não se deve exclusivamente às chicanas de Cunha, Temer, Renan, Padilha, Serra, Moro, da mídia e do STF. Mas também ao profundo descrédito do PT, iniciado nas jornadas de junho de 2013 que expuseram que suas fórmulas de conciliação de classe já não continham os batalhões da juventude e de um novo proletariado. Esse descrédito foi escancarado nas eleições de 2014 com derrotas eleitorais em importantes e históricos bastiões operários como Contagem e São Bernardo. Mas do alto da soberba de mais uma vitória eleitoral e da certeza que os milhões de reais das empreiteiras amigas (do PSDB, PMDB e PP também) nunca faltariam para

as campanhas futuras, implementou um programa que foi o tiro de misericórdia junto da sangria diária e televisiva da Lava Jato e a vasta amplitude dos esquemas capitalistas de governo assimilados pelo PT.

A proposta de plebiscito para novas eleições é uma quimera. O presidente nacional do PT, Rui Falcão criticou a proposta. Inexequível disse ele. Para aprovar tal proposta Dilma precisaria de gigantescos dois terços do Congresso em uma Emenda Constitucional sendo que não alcança míseros um terço de apoio ou absenteísmo (não precisam votar não, só não irem). Uma proposta para ver se algum senador ligado à Rede de Marina ou outros setores que defendem novas eleições mudam seus votos.

Um discurso que não é nem uma denúncia contundente, nem uma oferta para atrair algum senador "quase no muro". A comprovação em discurso do que não só o Esquerda Diário afirma há meses, o PT aceitou o golpe. O discurso protocolar de Dilma é parte da divisão de tarefas. Ela fala em golpe, no condicional; Lula, guarda-se, esperando estar vivo politicamente para 2018 nem que seja para ajudar Ciro Gomes. Enquanto isso Temer vai testando a correlação e implementan-

do os ataques pelos quais lhe ergueram ao poder mediante o golpe institucional.

A peça derradeira da derrota construída pelo PT está na inação das centrais sindicais. Dias protocolares, com a verve do discurso de Dilma que não assustam a burguesia e os golpistas em nada. Tal como foram os atos deste dia 16 de agosto.

Os heróis e heroínas gregos costumavam morrer de hama - de erros trágicos, no alto de suas conquistas, no seu ponto álgido comovidos por soberba se reencontravam com seu destino mortal. Dilma, com soberba, deixa uma de suas últimas marcas não como um Aquiles, ou uma Atalanta, mas na mediocridade de um governo de conciliação de classes com as elites que já não queriam isso. Resta tirar lições para erguer uma esquerda que combata a conciliação de classes, e coloque suas forças para desenvolver a classe trabalhadora como sujeito independente de todas as alas da burguesia, sejam elas os tucanos, ou os verde-oliva à la Bolsonaro ou os verde-dólar Marina Silva.

**Leandro Lanfredi é petroleiro e escreve no site Esquerdas Diário**

## Alunos de Inglês da Faficla reivindicam divisão de turma

**Reproduzimos abaixo a carta dos alunos do curso de Inglês da Faficla que reivindicam à Reitora a divisão de suas turmas**

Nós, alunos do primeiro e segundo períodos do curso Letras (Bacharelado) - Tradução Inglês/Português, vimos por meio deste requerer a divisão da turma LET-MBI2 em duas, divisão esta já solicitada anteriormente por parte de nossa coordenação. Tal necessi-

dade tem-se observado eminente não apenas pelos docentes, como também por nós, discentes, visto que o aproveitamento das aulas de Língua Inglesa se vê comprometido pelo número excessivo de alunos. É válido ressaltar que temos atualmente, em lista, o número de 46 participantes, enquanto os laboratórios de línguas (CEAL) e de informática - espaços fundamentais para o desenvolvimento destas disciplinas -

não comportam este número de alunos, que, presentemente, excede em cinquenta por cento o limite previsto em projeto pedagógico do curso. Ademais, as disciplinas de Letras exigem abordagem individualizada por parte do professor, cujo alcance tem-se mostrado impossível nas atuais condições. Isto posto, solicitamos a criteriosa avaliação da Magnífica Reitora e das instâncias competentes da validade acadêmica de

nosso pleito de divisão da turma LET-MBI2 para as disciplinas Língua Inglesa: aspectos léxico-gramaticais, Língua Inglesa: direitos humanos e narrativas e Língua Inglesa: comunicação na web.

Na certeza de que vossa máxima compreensão atenderá à justa solicitação aqui manifesta e nos fará encontrar soluções para a questão que nos prejudica no momento.

**Alunos da Turma LET-MBI2**

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Dia nacional de mobilizações ocupa Avenida Paulista

No dia 16/8, terça-feira, aconteceu o Dia Nacional de Mobilizações, Paralisações e Protestos por Emprego e Garantia dos Direitos para reforçar como a unidade é possível e fundamental na luta contra a retirada de direitos e os ataques dos governos. Ações ocorreram em diversos estados do país, com panfletagens, atos públicos e paralisação de categorias, sobretudo das que se encontram em campanha salarial.

Em São Paulo, o ato unitário aconteceu na Avenida Paulista, em frente ao prédio da Fiesp, e reuniu nove centrais sindicais: CSP-Conlutas, CUT, Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central, CSB, Inter-sindical e CGTB.

Cerca de três mil pessoas tomaram a avenida para levantar bandeiras comuns em defesa dos trabalhadores. Além da pauta unitária,

que defende o emprego e direitos trabalhistas, a Central destacou também, em cartazes e em intervenção no carro de som, a luta contra a terceirização e as privatizações, entre elas do pré-sal e dos Correios, o fim das reformas da Previdência e Trabalhista e res-

## Trabalhadores da Mercedes se manifestam contra demissões

Na quinta-feira, 18/8, os trabalhadores da Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo fizeram uma passeata em torno da unidade e interromperam tráfego na rodovia Anchieta protestando contra cerca de 2000 demissões planejadas pela montadora. A unidade está parada desde o início da semana, depois que a companhia deu licença remunerada aos trabalhadores em meio ao pla-

salto a importância de construir a greve geral.

De modo geral, os representantes das centrais sindicais destacaram a importância do ato unitário, de como apenas construindo as lutas em unidade será possível barrar os ataques contra a classe trabalhadora.

no de demissões.

Conforme publicação no portal da Conlutas, segundo o sindicato, os trabalhadores da unidade não podem ser demitidos até setembro por causa da adesão da Mercedes-Benz ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE). Atualmente, a fábrica da Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo tem 9.000 trabalhadores dos quais 6.600 estão na produção.

## Ocupação Esperança ameaçada por despejo

Na semana passada, a prefeitura do município de Osasco determinou o despejo em um prazo de até 90 dias dos moradores da Ocupação Esperança.

A ocupação já existe há três anos e conta com 500 famílias que construíram casas, escolas, barracões de reunião, praças, vielas, além de organizarem politicamente a população.

A mobilização irá continuar e os moradores vão seguir buscando uma saída junto à prefeitura, à CDHU e ao governo federal. No dia 27/8 acontecerá uma festa de aniversário que marca a resistência da ocupação.

Estão todas e todos convidados para somar na luta por uma solução que não seja o despejo.

## Governo Temer corta verba da educação

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) divulgou uma nota na semana passada denunciando o enorme corte que a Rede sofrerá em 2017. A Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia é composta pelos dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), pelos 38 Institutos Federais (IF) e pelo Colégio Pedro II.

O valor reivindicado pela matriz orçamentária do Conif, tendo em vista a

expansão no número de campi e de matrículas, era de R\$ 3,7 bilhões para o custeio e manutenção das atividades. Entretanto, o governo federal, por meio do seu Ministério da Educação, aprovou apenas R\$ 2,1 bilhões para a manutenção das atividades, fazendo com que o orçamento para a Rede Federal seja equivalente ao de 2012, quando a Rede contava com um terço dos campi atuais e tinha pouco mais da metade do número de estudantes matriculados.

Em 2016, a Rede Fede-

ral já sofreu um significativo corte orçamentário, apesar de ter aumentado em cerca de noventa mil o número de alunos matriculados.

Somado ao corte ocorrido no ano passado, o corte atual coloca a Rede Federal no limite de ajustes possíveis, diz seu Conselho Nacional, colocando em risco o próprio funcionamento dessas instituições que "terão sérias dificuldades para garantir a oferta de vagas em 2017 e chegar ao fim do próximo ano em atividade", conforme o texto pontua.

## Congresso contra pobreza infantil acontece em São Paulo

Nos dias 13 e 15/10, acontece o Congresso Internacional e Interuniversitário contra pobreza infantil no mundo.

O evento será realizado na Universidade Federal do Estado de São Paulo, Unifesp, que fica à Rua Botucatu nº 862, na Vila Clementino, em São Paulo, e contará com debates, conferências e oficinas. As inscrições podem ser realizadas através do site [www.cipinfancia-brasil.org](http://www.cipinfancia-brasil.org).

# ROLA NA RAMPA

## Audiência Pública contesta segurança da universidade

No dia 17/8, aconteceu mais uma audiência pública para que os alunos da PUC-SP se manifestassem sobre os casos de assédio e discriminação que acontecem dentro da universidade e no seu entorno.

No encontro, foram relatados diversos acontecimentos que envolvem casos de estupro e assédio à mulheres nos arredores da PUC-SP e também casos de discriminação no interior da universidade, que vão desde comentários preconceituosos e machistas por parte de professores, até uma política de repressão a casais lésbicos e gays. As mulheres presentes também questionaram até que ponto a PUC-SP pode dizer que é uma universidade a serviço da humanidade,

uma vez que ignorou e acobertou inúmeros casos de assédio relatados principalmente este ano. Alguns coletivos, como o VOA, chegaram a dar entrevistas para grandes veículos de comunicação, enquanto a universidade se calou perante os fatos.

A partir das audiências, foram retiradas algumas propostas, como a criação de uma ouvidoria específica para esse tipo de situação, confecção e distribuição de materiais educativos por parte da PUC-SP, inclusão de disciplinas sobre questão de gênero e discriminação, melhor iluminação ao redor da faculdade, fim da terceirização de funcionários e a adoção por toda a universidade das Diretrizes sobre Assédio Moral, Sexual, Dis-



ANDRESSA VIELLA

A mesa que coordenou os debates na sala 239.

criminação e Desigualdade, da Faculdade de Direito. Além disso, uma das principais reivindicações dos estudantes foi que a reunião do Consad que discutirá todas essas propostas seja aberta a toda a comunidade puqui-ana, para que haja respeito na tomada das decisões. No final da reunião foi deci-

dido que estudantes do curso de Direito irão recolher os casos de assédio e discriminação cometidos por professores e alunos da universidade, com todas as informações sobre os agressores, para que a PUC-SP possa tomar providências diretas de repúdio a essas situações.

## APROPUC sedia debate sobre impeachment



TALITHA ARRUDA

Platéia assiste evento sobre impeachment no auditório da APROPUC

Na última segunda-feira, a APROPUC recebeu o evento "Impeachment ou Golpe Constitucional? Novas Modalidades de Autoritarismo Contemporâneo", organizado pelo Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP e o GT ANPUH-História Direita e Autoritarismo. A mesa foi mediada pelo Prof. Dr. Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus (PUC-SP) e Prof. Dr. Renato Alencar Dotta (GT de História) e os palestrantes convidados foram Prof. Luiz Antonio Dias (PUC-SP), Alfredo Salun e Alexandre de Almeida.

Luiz Dias percorreu a linha do tempo histórica dos anos em que a ditadura se fez presente nos governos brasileiros. Já Alexandre explicou o conceito de "Idade do Ouro" - momento em que o mundo passava por seu apogeu e tinha a utopia de que o ser humano era imortal.

Alfredo, por sua vez, focou sua fala nos termos que são usados durante esses movimentos políticos, principalmente o "fascismo", pois hoje ele percebe que muitos estão sendo usados de forma equivocada, sem contextualização certa.

## Curso de discussão em língua inglesa é ofertado na PUC-SP

A partir de setembro, a PUC-SP irá ofertar um curso de especialização de "Atualidades: discussão em língua inglesa de temas contemporâneos", coordenado pelo Prof. Ms. João Batista Teixeira da Silva e ministrado pela Profa. Márcia Fonseca Vieira. Trata-se de um curso de Língua Inglesa com ênfase em aspectos orais e situações em que o desempenho oral é marcadamente foco. Estudantes interessa-

dos em um curso de perfil acadêmico diferenciado e qualidade que lhes propicie a possibilidade de alcançar um desempenho oral em língua inglesa com desembaraço e fluência, ou no intuito de manter a fluência e desembaraço alcançados em seus desempenhos orais enquanto falantes-aprendizes, são o público-alvo. As inscrições podem ser realizadas através do link: <http://goo.gl/ZaVIBM>

## Publicação preocupa comunidade puqui-ana

Na última semana, foi divulgada na página do Facebook "Vizinhos da PUC" que uma reunião do Conselho de Segurança do bairro contou com a participação de representantes da reitoria. No encontro foram tomadas decisões que hoje são questionadas pela comunidade puqui-ana. Segundo a página, a reitoria teria apoiado a decisão dos moradores de

permitir a entrada da Polícia Militar no campus Perdizes toda vez que for necessário e também realizar investigações sobre problemas causados por estudantes no entorno. A informação preocupou estudantes, funcionários e professores, uma vez que todas as ocasiões em que a PM esteve presente na universidade terminou em ações truculentas.